

NITERÓI, 1964 – MEMÓRIAS DA PRISÃO ESQUECIDA
A OPERAÇÃO LIMPEZA E O CÁRCERE POLÍTICO DO CAIO MARTINS
NITERÓI, 1964 – MEMORIES OF THE FORGOTTEN PRISON
THE OPERAÇÃO LIMPEZA AND THE CAIO MARTINS POLITICAL JAIL

PAULO KNAUSS | Professor do Departamento de História e coordenador de pesquisa do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense. Diretor-geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

ERIC MAIA | Pesquisador Associado do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense e professor da rede estadual de ensino.

RESUMO

Este artigo trata do golpe de Estado de 1964 no Brasil como fato urbano. Nesse sentido, tem como referência o estudo de caso da cidade de Niterói, capital do antigo estado do Rio de Janeiro e centro de movimentos sindicais e políticos. A pesquisa parte das notícias na imprensa local e depois explora uma coleção de entrevistas, buscando apresentar como os fatos se desenrolaram na cidade até a transformação do complexo esportivo do Caio Martins em presídio político. Ao final, aponta-se que, apesar do sentido simbólico do cárcere em um espaço esportivo popular, o acontecimento se mantém no esquecimento da cidade.

Palavras-chaves: história do Brasil; história política; memória urbana; Niterói.

ABSTRACT

The paper presents the political event of the State putsch of 1964 in Brazil as an urban fact. In this sense, the case study is the city of Niterói, the former capital of the old state of Rio de Janeiro and centre of political and labour movements. The research starts with the news in the local press and a collection of interviews, trying to show how the events happened in the city until the Caio Martins sport complex became a political prison. The conclusion points to the fact that despite of the symbolical sense of a prison in a popular sport space, the event remains forgotten in the city.

Keywords: history of Brazil; history of politics; urban memory; Niterói.

RESUMEN

Este trabajo trata del golpe de Estado de 1964 en Brasil como hecho urbano. Así, tiene como referencia el estudio de caso de la ciudad de Niterói, capital del antiguo estado de Rio de Janeiro y centro de movimientos sindicales e políticos. La investigación parte de las noticias en la prensa local e después explora una colección de entrevistas, buscando presentar como los hechos se desarrollaran en la ciudad hasta la transformación del complejo deportivo Caio Martins en prisión política. Al final, indicase que apesar del sentido simbólico de la cárcel en un espacio deportivo popular, el acontecimiento se mantiene olvidado en la ciudad.

Palabras claves: historia de Brasil; historia política; memoria urbana; Niterói.

PRESENÇA DA MULTIDÃO

O ano de 1964, no Brasil, demarca um contexto de radicalização da política que colocou a multidão em posição de destaque na cena social.

Foi no famoso comício da Central do Brasil, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, diante de duzentas mil pessoas mobilizadas por sindicatos e organizações diversas da sociedade civil, que o presidente da República João Goulart anunciou seu compromisso com as reformas de base que visavam alterar as estruturas da sociedade no Brasil (Ferreira, 2005; 2009). Nesse contexto, Jango, como era conhecido popularmente o presidente, assumiu uma postura ofensiva no sentido de pressionar a sociedade política com grandes manifestações públicas para que o processo das reformas de base fosse levado a cabo, prevendo a reforma agrária, a urbana, a bancária, a tributária, a eleitoral, a do estatuto do capital estrangeiro e a universitária. Para tanto, o presidente defendeu as mudanças necessárias da Constituição que legalizavam, nas suas próprias palavras, “uma estrutura econômica superada, injusta e desumana” (Bandeira, 1983, p. 163).

Algum tempo antes, em agosto de 1961, no quadro de instabilidade política gerado pela renúncia do presidente Jânio Quadros, seus ministros militares confabularam um golpe: impedir a posse de Jango, naquela altura ainda o vice-presidente que estava em visita oficial à China, acusando-o de vínculo com o legado de Getúlio Vargas e com o comunismo internacional. Contudo, o golpe não prosperou. Foi contido pela Rede da Legalidade que consistia numa cadeia nacional de rádio liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, com apoio do III Exército do extremo sul do país e comandado pelo general Machado Lopes. Na época, o movimento foi capaz de mobilizar multidões de ouvintes em defesa da ordem institucional ao assumir uma posição defensiva e legalista. A reação popular, ainda que tenha levado ao fracasso da aventura golpista, não conseguiu evitar que Jango assumisse a presidência com poderes cerceados por um parlamentarismo votado no Congresso a toque de caixa. A convocação de um plebiscito sobre a mudança institucional provocou ampla mobilização de multidões para afirmar o retorno da ordem institucional tradicional do presidencialismo.

Contudo, mais tarde, em 1964, com a luta pela aprovação das *reformas de base*, sob as mesmas lideranças, as multidões foram convocadas a se manifestar novamente. Mas, dessa vez, o mesmo Leonel Brizola, que era correligionário e cunhado de Jango, distanciava-se da plataforma de resistência de agosto de 1961 ao proclamar, três anos depois, a palavra de ordem “reforma agrária, na lei ou na marra!”. A oposição de defesa da legalidade, portanto, metamorfoseara-se em posição ofensiva, e, se fosse o caso, contra a lei. Às vésperas do golpe de 1964, a defesa da legalidade mudara de lugar na ordem política (Reis, 2001; 2004).

Ainda que o projeto das reformas de base pudesse ser entendido como forma de viabilizar o capitalismo brasileiro sobre alicerces que o arrancariam do atraso ao garantir maior autonomia da economia nacional, a oposição conservadora o acusava como uma tentativa de promover a instalação de uma ordem socialista no Brasil. Assim, naquele contexto de

época, a agitação contra Goulart recrudesciu. Conflitos irromperam pelo país, provocados pelos grupos de direita, e enquanto a UDN, parte do PSD e outros partidos políticos menores reclamavam o *impeachment* de Goulart, entidades civis como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), Fraterna Amizade Urbana e Rural (Faur), União Cívica Feminina (UCF) e outras articularam a realização, nas principais cidades do país, das Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, a fim de atizar a fúria anticomunista nas classes médias, forças desencadeadas do contrarreformismo (Motta, 2006).

Em 19 de março de 1964, seis dias depois do comício da Central do Brasil, na cidade de São Paulo, uma multidão de quinhentas mil pessoas foi às ruas numa contrademonstração vigorosa. A segunda grande Marcha levou um milhão de pessoas às ruas do Rio de Janeiro no dia 2 de abril do mesmo ano. No entanto, o golpe militar realizado entre a noite de 31 de março e a manhã de 1º de abril, mudou o sentido da segunda manifestação conservadora. Realizando-se depois do golpe, a manifestação, originalmente preparada para expressar oposição de setores da sociedade civil às reformas de base, transformou-se num grande ato de apoio e celebração das multidões à mudança da ordem institucional. O golpe militar evidenciava, assim, a sua face civil, e a cidade, o lugar de sua consagração.

Ora, se as multidões tinham como cenário principal a antiga capital federal, é preciso indicar que no momento das manifestações políticas de massa afluíam à cidade do Rio de Janeiro contingentes vindos de várias regiões fluminenses. No dia seguinte ao comício da Central do Brasil, o jornal *Luta Democrática*, vinculado ao deputado Tenório Cavalcanti, liderança política popular e controversa da Baixada Fluminense, indicava que entre as mais de duzentas mil pessoas presentes ao comício das reformas, havia diversos grupos de trabalhadores de várias partes do estado do Rio de Janeiro: Volta Redonda, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Três Rios, Rio das Ostras e Niterói. Os grupos caracterizados pelo jornal indicavam, sobretudo, a participação de sindicatos industriais e rurais e de suas lideranças, que manifestavam seu apoio ao presidente Jango e às reformas de base por meio de faixas que diziam, por exemplo, “Trabalhadores de Três Rios saúdam o presidente da República” ou “Queremos a reforma agrária”. A diversidade e a amplitude do movimento do comício se expressavam, porém, numa faixa inusitada com a inscrição: “Doentes mentais de Niterói saúdam o presidente Jango, e pedem que ele olhe com maior carinho e amor para eles”. O comício se tornou, então, palco da diversidade de sujeitos sociais que procuravam participar da política no país.

No outro lado do campo político, matéria do jornal *O Fluminense* apontava que o próprio governo estadual teria se dedicado a mobilizar cidadãos de todo o território fluminense para comparecer ao grande comício, registrando a participação da população do estado do Rio de Janeiro. O governador Badger Silveira integrou o grupo de governadores de vários estados que estiveram presentes no comício ao lado do presidente da República, tendo sido um dos oradores da ocasião e manifestado apoio ao processo das reformas de base. Enquanto isso, no mesmo dia do comício, *O Fluminense* noticiava que na Assembleia Legislativa estadual o deputado Wilson Federici, vice-presidente do Partido Democrata Cristão fluminense, tinha feito um pronunciamento em que resumia sua crítica ao comício afirmando: “Querem

desferir o golpe contra as instituições”. O jornal caracterizava, assim, que o debate fluminense também estava contagiado pela radicalização política da época.

Nesse contexto, poucos dias antes do comício, no dia 10 de março, o mesmo jornal destacou na primeira página a notícia da organização de ato que se realizaria no Centro da cidade de Niterói, caracterizado como “comício em defesa da democracia hoje”. Tratava-se de contramanifestação que reagia ao grande comício que seria realizado dias depois na Central do Brasil. Os deputados Amaral Neto, Raimundo Padilha, Abel Rafael e Nina Ribeiro seriam alguns dos oradores da ocasião. *O Fluminense* anotava, ainda, que o comício da praça do Rink em Niterói tinha como organizador o padre Meneslau. Registrava-se, ainda, que o padre panfletava nota dizendo que chegara “a hora da reação dos democratas contra os falsos nacionalistas” e terminava com a seguinte convocação: “Cidadão, defende o direito de família. Comparece à concentração democrática de hoje às 19hs, no Rinquê, nesta capital”. Ora, essa referência ao engajamento de membros do clero católico se destaca na caracterização, da época, da participação popular, pois, de modo contrastante, a *Luta Democrática* ao caracterizar o comício da Central do Brasil chamava a atenção para a presença de um sacerdote carregando a bandeira nacional. É evidente que a referência ao apoio de clérigos era usada como recurso para legitimar os atos políticos, mas revelava ao mesmo tempo a divisão do clero e o quadro marcado por posições políticas antagônicas.

É preciso considerar, igualmente, que as demonstrações sociais conservadoras nas ruas da cidade do Rio de Janeiro eram também o resultado de uma mobilização ampla que envolvia contingentes de diversas partes do antigo estado do Rio de Janeiro. Nas páginas do dia 31 de março de 1964 de *O Fluminense*, por exemplo, dava-se notícia da mobilização que envolveu a preparação para a grande manifestação que tomaria as ruas no dia 2 de abril de 1964, demonstrando o apoio popular ao golpe militar. Assim, a manchete “A Marcha da Família sensibiliza povo fluminense que comparecerá em massa à concentração do Rio” procurava insistir na representação do apoio das massas ao novo regime, indicando o papel das lideranças da política estadual nesse processo, garantindo a participação de cidadãos dos municípios da região da capital, mas igualmente de municípios do interior do estado. A matéria dizia:

O deputado Luiz Braz da UDN revelou ontem que, somente de Niterói, São Gonçalo e municípios vizinhos, mais de 80 mil pessoas (entre estas cerca de 50 mil senhoras) deverão marchar em caravana para aderir à Marcha da Família com Deus e pela Liberdade que terá lugar na Guanabara, partindo da Candelária.

Acrescentou que inúmeros populares estão colocando seus veículos à disposição dos organizadores do contingente fluminense, e que grande parte deste rumará para a Guanabara via Magé, numa longa caravana de automóveis, que estará na Candelária pouco depois do meio dia. Outro grande contingente, liderado pelo deputado Antônio Alexandre (PDC), partirá de Campos, congregando famílias de todo o norte fluminense.

A notícia demonstrava a repercussão do movimento no norte fluminense. Dias depois da grande marcha carioca, em 5 de abril, ocorreria na cidade de Campos dos Goitacases uma marcha local do mesmo movimento, convocada a partir de moção na Câmara de Vereadores da cidade, que, segundo o jornal *Monitor Campista* do dia 29 de abril de 1964, teria reunido 15 mil pessoas no trajeto entre as praças de São Benedito e São Salvador. Nas semanas que se seguiram, outras marchas locais seriam organizadas nos municípios de Pádua, Niterói, Caxias e Magé, integrando o estado do Rio num largo movimento nacional que teve manifestações similares em muitas cidades do país, indo além das capitais.¹

O que importa sublinhar é que o contexto de radicalização da política que colocou a multidão no plano principal da cena social envolvia também o antigo estado do Rio de Janeiro e, em especial, a cidade de Niterói, a capital fluminense.²

PRESENÇA DOS TANQUES

Na madrugada de 31 de março de 1964, o general Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, de Minas Gerais, ordenou às suas tropas que se movimentassem em direção ao Rio de Janeiro. Tratava-se de iniciativa consentida pelos governadores de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente Adhemar de Barros e Magalhães Pinto, que incentivaram a antecipação da ação militar. Os golpistas mineiros, no entanto, aguardaram uma decisão do general Amaury Kruel, comandante do II Exército, de São Paulo, e líder de um dispositivo militar de apoio ao presidente, que, até aquele momento, vacilava em aderir a uma ação conjunta, pois se julgava que tanto o I Exército, sediado no Rio de Janeiro, quanto o III Exército, do Rio Grande do Sul, se posicionariam em defesa da ordem constitucional. Em telefonema, Kruel havia exigido que Jango rompesse com a esquerda, representada pelo movimento sindical e estudantil, e todas as demais organizações tidas pelo discurso conservador como radicais. Em troca, Kruel garantiria o mandato presidencial de Goulart. Diante da negativa de Goulart em atender o exigido, Kruel aderiu ao movimento militar iniciado com as tropas do general Mourão, vindas de Minas Gerais (Gaspari, 2002).

Tudo indicava que haveria um combate no Vale do Paraíba, pois o general Âncora, comandante do I Exército que abarcava a área do antigo estado do Rio de Janeiro, ainda leal ao governo, aguardava decisões do presidente. No entanto, a luta armada que parecia

1 Para uma lista de marchas no país, veja-se: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/cronologia.php?ano=1964>>. Acesso em: 6 maio 2013.

2 É preciso indicar que o jornal *O Fluminense* assumiu uma posição crítica às iniciativas do governo João Goulart de mobilização de multidões nas ruas do Rio de Janeiro pelas reformas de base. Em matéria de 13 de março de 1964, sobre o comício da Central do Brasil – “Nova e condenável provocação do governo federal: afronta à GB e a milhões de brasileiros” –, o órgão da imprensa fluminense expressava sua reprovação, considerando o comício como “um perigoso divisor de águas, capaz de levar os brasileiros a choques de consequências gravíssimas”.

iminente foi rapidamente afastada, diante da notícia de que Goulart tinha deixado o Rio de Janeiro rumo à Brasília. Informado das intenções pacifistas do presidente, o general Âncora, reunido com o general Krueel, na Academia das Agulhas Negras, havia desistido do combate. Algumas horas depois de chegar a Brasília, Jango voaria para Porto Alegre, onde Brizola tentava, sem efeito, convencê-lo da necessidade de uma resistência armada. O presidente alegou mais uma vez a inutilidade do “derramamento de sangue inocente” e no dia 4 de abril de 1964 rumou para o exílio no Uruguai. Três dias antes, o Congresso Nacional aprovara a vacância da Presidência da República, e na madrugada do dia 2 de abril, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, era empossado como presidente da República (Toledo, 1993).

Os carros de combate invadiram a Guanabara, tropas marcharam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, contudo, quase nenhum tiro foi disparado e a mudança na ordem vigente se deu de maneira tranquila. A greve geral, anunciada para o dia 31 de março pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), conseguiu apenas parar os transportes na Guanabara, o que ainda prejudicou a organização de possíveis movimentações populares contra o golpe. Os tanques assumiram a cena da cidade do Rio de Janeiro, tal como as fotografias estampadas na imprensa carioca guardaram a memória dos acontecimentos.

A presença dos tanques na cidade do Rio de Janeiro era apenas um lado do noticiário que não destacava o que acontecia do outro lado da baía da Guanabara. Nessa altura, no dia 2 de abril de 1964, o dia seguinte ao golpe militar, o jornal *O Fluminense* estampou a seguinte manchete: “Exulta o povo de Niterói com a consagradora vitória das forças democratas e cristãs”. Aqui interessa pouco o verdadeiro alcance desse destaque para retratar os fatos ocorridos. Interessa mais destacar que o principal diário da capital fluminense manifestava seu apoio ao movimento golpista e procurava construir uma representação dos acontecimentos que caracterizava a aprovação popular, especialmente nas cidades de Niterói e São Gonçalo. O clima de euforia era representado do seguinte modo:

Ao mesmo tempo em que emissoras da cadeia da liberdade, comandada por Minas Gerais, anunciavam que o presidente João Marques Goulart havia assinado sua renúncia, espetáculos indescritíveis aconteciam nos principais bairros de Niterói e São Gonçalo. Mulheres se beijavam, homens se cumprimentavam e carros lotados de passageiros rasgavam as principais artérias dos dois municípios, acenando lenços brancos e dando “Vivas à Democracia”. Papéis picados eram, por outro lado, jogados das janelas dos edifícios na avenida Amaral Peixoto, deixando a principal artéria de Niterói completamente tomada por uma louca euforia.

Assim, segundo o jornal *O Fluminense*, não foram os tanques que marcaram a afirmação do novo regime em Niterói, capital do antigo estado do Rio, mas a alegria popular que inscrevia na vida urbana a aceitação da mudança da ordem política instituída. As ruas da cidade são apresentadas no discurso da imprensa regional como lugar de legitimação da ação política em curso na época.

Ora, essa reação aos acontecimentos, porém, contrasta com a lembrança dos dias do golpe por parte do sindicalista Firmino Moura.³ Na memória dele, um estado de perplexidade impediu qualquer reação.

No 31 de março, nós estávamos reunidos no conselho sindical de Niterói, estávamos reunidos lá. Eu era um dos diretores do conselho sindical, e foi um momento de uma crise muito grande, naquela ocasião. Os sindicatos todos, de uma maneira geral, não só em Niterói, os sindicatos todos do Brasil, estavam em reunião, porque tudo poderia acontecer. A crise estava enorme. Então, nós estávamos reunidos no conselho sindical, aguardando informações e notícias. Eu era diretor do conselho, quando fomos surpreendidos, ouvindo rádio, que os revolucionários já haviam tomado as estações de rádio. Já tinha um major falando no rádio, conclamando a população que a revolução já estava na rua e que já tinham tomado as estações de rádio e que Jango já tinha ido embora e tal. A gente foi pego por uma surpresa de uma forma muito surpreendente, porque nós sindicalistas naquela ocasião, não estávamos mobilizados para dar um golpe. Não tinha ninguém preparado para dar golpe. Nós estávamos reunidos como sindicalistas, como membros do sindicato, aguardando o desenrolar dos acontecimentos, não é verdade? Nós não tínhamos armamento, não tínhamos nada. Os elementos da ditadura, que instalaram posteriormente a ditadura, eles estavam armados, mas nós não estávamos, não estávamos preparados pra enfrentar nenhuma força armada. E pelo menos ali, em Niterói, não havia isso, e acredito que no resto do país não devia haver esse preparo. Fomos todos pegos de surpresa, porque nós estávamos ainda trabalhando dentro do regime democrático. E de forma que então nós saímos dali, cada um para o destino que tomou. Eu voltei pra casa, voltei pra família, e no dia seguinte fui trabalhar no instituto dos bancários. Fui trabalhar.

Ora, o que o depoimento revela é a surpresa diante dos acontecimentos e o despreparo para uma reação por parte do movimento sindical para enfrentar aquela situação política. Chama a atenção ainda o tratamento de “revolucionários” para caracterizar as forças golpistas, aceitando assim a memória produzida pelos agentes do novo regime. Diante dessa caracterização, observa-se igualmente a dificuldade de afirmar uma leitura alternativa dos acontecimentos por parte do sindicalismo, expressando as consequências do torpor advindo da perplexidade diante dos fatos. A cena, dessa vez, porém, não é o espaço público da cidade, mas as salas de reunião dos sindicatos, não encontrando repercussão pública. Mantendo-se em recintos fechados, a reação sindical não se envolveu na cidade, deixando o espaço público para as manifestações de apoio ao novo regime.

3 Firmino Silveira de Moura era bancário, tendo chegado ao posto de gerente, além de delegado regional do Instituto de Aposentaria e Pensões dos Bancários (IAPB), emprego que perdeu depois de preso em 1964. Teve vários mandatos de presidente do sindicato dos bancários em Niterói, posição que ocupava naquele ano. Mais tarde tornou-se empresário.

Ocorre que, depois da presença dos tanques nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, as multidões foram se retirando pouco a pouco da cena política do Brasil naqueles anos. O contexto de radicalização política que conduziu as multidões às ruas, antes do golpe de 1964, foi substituído por um novo contexto em que o arbítrio deu o tom geral, esvaziando as ruas como lugar de expressão.

REPRESSÃO IMEDIATA

Imediatamente após a ação do golpe, o comando militar iniciou um processo amplo de perseguição às lideranças dos movimentos sociais, inviabilizando qualquer organização de resistência. Em muito pouco tempo, o novo governo desenvolveu uma ampla ação persecutória que ficou conhecida como Operação Limpeza.

Na sequência da ação militar golpista, o general Arthur da Costa e Silva se autoneomeou comandante do Exército Nacional e, nesta condição, assumiu o controle do Comando Supremo da Revolução, órgão transitório que definiria o nome do novo presidente. Houve uma reunião com os governadores que apoiaram o golpe e foi escolhido como presidente o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Costa e Silva, porém, se tornou ministro da Guerra de Castelo Branco e foi o seu sucessor na Presidência da República.

No dia 9 de abril de 1964, o general Costa e Silva, no comando do Ministério da Guerra, expediu o Ato Institucional que ficou conhecido após a decretação de outros atos como o AI-1. Este foi o primeiro instrumento que autorizou, por tempo determinado, as primeiras cassações de mandatos parlamentares e suspensões de direitos políticos, inicialmente estabelecidas pelo próprio Comando e, posteriormente, pelo presidente da República. Importante foi ainda a regulamentação, baixada pelo Comando às vésperas da posse de Castelo Branco, dos inquéritos que deveriam culminar nas punições. O responsável por um inquérito policial militar (IPM) teria amplos poderes.

Como aponta Carlos Fico, os oficiais superiores encarregados da condução de tais inquéritos comporiam o embrião da futura “comunidade de segurança e informações”, segmento mais radical da chamada “linha dura”, que sempre se mostraria insatisfeita com a duração e o alcance desta primeira Operação Limpeza, reclamando, por isso, o aprofundamento da ditadura e da repressão. Prevendo o fim do prazo de repressão autorizado pelo AI-1, em 13 de junho daquele ano foi criado o Serviço Nacional de Informações, o SNI. Assim, a instalação do novo regime se caracterizou pela afirmação de um *ethos* persecutório caracterizado, sobretudo, pelo anseio de eliminar o inimigo encarado como subversivo, engajado na construção de uma república sindicalista, e que se opunha aos valores da democracia liberal (Fico, 2001; 2004).

Os jornais daqueles dias registraram algumas manifestações de resistência, mas elas logo foram ofuscadas pela repressão. Em maio de 1964, o conhecido comunista Carlos Mari Ghella seria ferido num ato de resistência à prisão (Sacchetta, 1982).

No estado do Rio, as consequências do golpe de Estado na política regional foram radicais. As tensões políticas regionais encontrariam eco no movimento nacional. Logo após o golpe, os governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e de Sergipe, Seixas Dória, ao re-

cusarem as pressões para que renunciassem ao mandato, foram destituídos e presos pelas forças militares. Ambos haviam estado presentes no comício da Central. O terceiro governador presente no evento era Badger Silveira, do estado do Rio de Janeiro. Mesmo sendo de personalidade e atuação política mais discretas, ele também não seria poupado, sendo destituído um mês após o golpe, em 1º de maio, por um *impeachment* aprovado em votação pela Assembleia Legislativa estadual, o que fechava um ciclo de tensões políticas regionais, não necessariamente relacionadas com o quadro nacional. De todo modo, como conta Jorge Loretti, chefe de gabinete de Badger Silveira, na sequência dos fatos, o comandante da Polícia Militar estadual manifestou sua oposição ao governador, mas sua reação foi ultrapassada pela ação de forças da Marinha e do Exército que invadiram o palácio do governo estadual. Mantido preso por pouco tempo, Badger Silveira terminou assumindo o conflito com os militares devido à nomeação do novo chefe da Polícia Militar no estado (Loretti, 2001). A partir daí a situação se tornou insustentável e a destituição do governador era iminente, encontrando sua solução no terreno da política regional.

Imediatamente no contexto do golpe de Estado, diante do descaso do comando da Polícia Militar pela autoridade do governador, centenas de pessoas foram presas em todo o território fluminense e conduzidas aos cárceres da capital estadual. Em Niterói, todas as delegacias, inclusive o Departamento de Ordem Política e Social, mais conhecido pela sigla de Dops, assim como os batalhões da Polícia Militar e os quartéis militares, ficaram com suas prisões superlotadas de sindicalistas, membros do movimento comunista, políticos de esquerda e qualquer pessoa que pudesse ser julgada como subversiva pelo recém-instalado aparelho repressor do novo governo. Em 10 de abril, o jornal *O Fluminense* informava que com grande sigilo haviam chegado à cidade de Niterói “viaturas lotadas de elementos acusados de subversão da ordem”, detidos na Delegacia de Ordem Política e Social, onde passaram por triagem. A notícia informava que a maioria vinha de Cabo Frio, da Companhia Nacional Álcalis, “cujo sindicato era dominado pelos agentes de Moscou”. Dias depois, em 15 de abril de 1964, *O Fluminense* dava notícia de um pronunciamento do capitão Homero Barreto, chefe do Dops-RJ, em que este acentuava que faltavam “uns 160 líderes comunistas a serem presos, somente em Niterói, e que não podia estimar ao certo o número dos presos em todo o território fluminense, porque estão detidos em quartéis do Dops, enfim, em quase todas as guarnições militares”. Ou seja, em duas semanas o novo regime já tinha desenvolvido uma ampla ação persecutória no antigo estado do Rio.

O fato é que foram tantos os prisioneiros, que o ginásio do estádio Caio Martins, em Niterói, foi requisitado para que os presos políticos fossem alojados, enquanto eram instalados os inquéritos policiais militares. Antes, em 10 de abril, fora veiculada a notícia de que o ginásio seria usado como lugar de exposição de “material subversivo” apreendido para “mostrar o perigo a que o povo brasileiro estava exposto”. Por volta do vigésimo dia após o golpe, efetivamente o ginásio do estádio se abriu não para o público de uma partida esportiva, mas para o alojamento da primeira leva de presos que chegava a cem pessoas. Nos dias que se seguiram, vieram presos dos diversos municípios fluminenses, como Cabo Frio, Magé, Cachoeiras de Macacu, entre muitos outros, sempre sob a mesma acusação de subversão.

Segundo *O Fluminense*, em 21 de abril, alguns respondiam aos inquéritos no próprio ginásio e, caso comprovadas as acusações imputadas, eram processados de acordo com a Lei de Segurança Nacional.

Diversas histórias pessoais ilustram esse momento de perseguição e prisão de gente que foi atingida pessoalmente pelas mudanças políticas do Estado nacional. A ação persecutória se iniciou logo após o golpe de Estado.

Firmino Moura conta como nos dias do golpe, em Niterói, foi trabalhar normalmente. Como vivia perto do trabalho, almoçava em casa. No dia 2 de abril, no horário do almoço, recebeu um telefonema do escritório advertindo sobre o fato de que um oficial do exército acompanhado de outros praças o aguardava para prendê-lo. Comunicou à família e foi buscar abrigo na casa de um amigo médico por quinze dias, até decidir se entregar à polícia. “Para surpresa minha, eu fiquei sendo muito procurado, meu nome tava todo dia no jornal, [...] eu era um dos mais procurados aqui pela polícia [...] e toda hora a gente ouvia a sirene da polícia, polícia pra cá, polícia pra lá, era uma caça às bruxas, como acontece nessas ocasiões”.

A história pessoal de Nélio Aguiar, antigo funcionário da empresa Álcalis, na época localizada no distrito de Arraial do Cabo, do município de Cabo Frio, também exemplifica esse contexto imediato de perseguição política instalada pelo novo regime de 1964.⁴ Nélio guarda na lembrança que foi preso pela Polícia Militar estadual, que enviara soldados a Arraial do Cabo para recolher em ônibus os perseguidos pelo regime. Conta ainda que foi preso na fábrica, com outros colegas, como o representante dos trabalhadores na diretoria da empresa. Todos foram colocados num ônibus para serem transportados para Niterói. Nas suas palavras:

Veio o 31 de março, fizeram logo a intervenção no sindicato, e no dia 3 de abril eu fui preso. Preso na fábrica, junto com outros. Fomos levados para aquele batalhão da polícia militar que tem ao lado da antiga estação rodoviária de Niterói⁵ [...]. Porque nessas alturas, o Dops estava entupido, não cabia mais ninguém. Ajeitaram um dormitório com beliches, e nós passamos ali uma semana.

Junto com Nélio Aguiar foi preso José Rodrigues, que também trabalhava na Companhia Nacional Álcalis. No entanto, não foram colocados no mesmo ônibus e José terminou sendo preso na delegacia do Dops, onde também estava Firmino Moura. José conta que outros co-

4 Nélio Soares Almeida Aguiar, nascido em São José dos Calçados, Espírito Santo, em 1934, foi ainda criança para Itaperuna, no estado do Rio, onde fez o ginásio e o primeiro ano do científico. Teve diversos ofícios, tendo sido escrevente de justiça. Era filho de agrimensor e trabalhava para a prefeitura. Depois da Segunda Guerra, motivado pela militância do pai no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ainda como estudante, fundou a União da Juventude Comunista (UJC) no município. Mudou-se para Arraial do Cabo ao se tornar funcionário da empresa Companhia Nacional Álcalis, onde chegou a ocupar o posto de diretor do sindicato dos trabalhadores químicos. Depois de cassado, perdeu seu emprego. Montou um bar, trabalhou como contador autônomo, estudou direito e se aposentou como funcionário da procuradoria do município de Cabo Frio.

5 O batalhão ao qual o entrevistado se refere diz respeito à Caserna General Castrioto, ex-sede do Comando Geral da Polícia Militar do antigo estado do Rio de Janeiro, e atual 1º CPI – Comando de Policiamento do Interior, situado à avenida Feliciano Sodré, sem número, no Centro da cidade de Niterói.

legas da Álcalis conseguiram escapar, fugindo dos ônibus. No seu quase não havia conhecidos, mas entre eles estava José Simplício, topógrafo de profissão, que integrava o conhecido Grupo dos Onze, organização política ligada à liderança de Leonel Brizola.

Outra vivência da prisão aparece na lembrança de Manoel Martins:⁶

Eu fui preso no dia 9 de abril de 1964 por uma situação meio complicada, porque o partido não sabia direito dar orientação, não estava muito senhor da realidade. [...]. No dia 2 [...] eu vou, seguindo a orientação do partido, vou para um buraco lá em Tribobó e fico numa casa de sapê, dormindo. Mas era melhor estar preso, não tinha conforto nenhum, a gente dormia no chão. Mas como havia a ameaça de violência, e a violência houve, isso não é registrado, mas houve, houve o terror. Aí quando estou lá recebo uma orientação do partido para que eu volte para abrir o escritório porque as coisas estão se normalizando, o golpe estava tendo um declínio, tudo ilusão. Eu vou para o escritório, mas antes mando um bilhete para a minha mulher, eu já tinha quatro filhos, mando um bilhete pra ela dizendo que estou voltando, mas que antes de ir pra casa vou para o escritório. Era de manhã cedo, quando cheguei no escritório, o rapaz que controlava a portaria, o Rafael, falou pra mim: “não sobe não doutor. Acho que o senhor deve voltar pra casa”. Eu disse: mas por quê? Então, ele ficou naquela de não querer me dizer... eu estava com a chave e disse que ia lá em cima e depois ia pra casa. A chave que eu estava, ele disse que não abriria meu escritório. Eu fui. Eles arrombaram meu escritório, e o Rafael para defender alguma coisa que ficou, tinha colocado essas trameas de portão, com cadeado. Ele abriu, chegando lá o meu escritório estava todo devassado. [...]. Então, depois disso eu já sabia que ia ser preso, eu tinha que dar um jeito de fugir agora. Eu fui em direção à Ordem dos Advogados [...] enquanto estou caminhando para ir à Ordem dos Advogados, ali naquela quadra depois da Barão de Amazonas, dois tiras me pegam.

A história da prisão de Manoel Martins tem ainda uma curiosidade. Os dois policiais que efetuaram sua prisão eram seus conhecidos. Um deles era um antigo vizinho do bairro da Engenhoca, onde viviam, e se conheciam das partidas de futebol. Com isso, conseguiu ter seu pedido atendido para que antes de ser preso fosse levado até a sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na cidade. Mas ao ser recebido pelo presidente local da OAB, este negou qualquer apoio naquela situação. Em seguida, foi levado para o DOPS de Niterói, de onde terminou sendo enviado para o cárcere do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), localizado no bairro da Ponta d'Areia. Segundo sua lembrança, dois dias depois seria removido de novo para o Dops, de onde foi transferido para o mesmo quartel da polícia em que esteve Nélio Aguiar. O policial responsável por sua prisão terminou conseguindo avisar a mãe de Manoel Martins, o que permitiu que ele mantivesse contato com os familiares.

6 Manoel Martins é natural de Niterói e filho de pai comunista. Foi líder estudantil e tornou-se conhecido como advogado de sindicatos e militante do PCB.

MEMÓRIAS DO CÁRCERE

Firmino Moura conta que ao ser preso foi mantido no cárcere do Dops, em Niterói. Ao descrever as condições da prisão, relembra que todos os dias chegava mais gente, entre oito e dez pessoas. Havia muita gente do movimento sindical e rural, além de membros do Grupo dos Onze. Moura recorda que era:

Uma situação horrível, preso dormindo em cima de folha de jornal porque não tínhamos nada, e era um xadrez que comportava no máximo umas dez pessoas, mas tinha trinta, quarenta... Então, houve momentos em que uns dormiam e outros ficavam em pé, porque não dava pra todo mundo dormir, e aquelas privadas cavadas no chão, acorcorado. E começou a chegar um pessoal do interior, desses rurais, desses camponeses, chegaram com diarreia. Então, foi uma coisa horrorosa, porque aquilo ali já não tinha mais nem água para dar descarga. Aquelas pessoas faziam aquelas fezes com diarreia, e aquilo ficava uma fedentina. Uma coisa horrorosa! Um tratamento péssimo. Ficamos uns quinze dias ali.

Tanto José Rodrigues quanto Firmino Moura contam que os presos no DOPS eram submetidos a vários interrogatórios. Firmino teria dado depoimento inclusive de madrugada. Segundo ele, mesmo não havendo tortura física, os depoimentos eram envolvidos num clima de tortura psicológica com muitas ofensas pessoais. Essa experiência contrasta com o clima pacífico e ordeiro da prisão no batalhão da PM, lembrada por Nélio Aguiar.

Depois de alguns dias encarcerados, Nélio Aguiar lembra que o grupo de presos foi transferido para o ginásio de esportes Caio Martins. Segundo ele, no novo local, foram reunidos os presos detidos em diversos outros lugares e que vinham de todos os municípios do estado. No ginásio, havia presos de todas as origens sociais, idades, homens e mulheres. Assim como havia militantes sindicais como ele, havia advogados e médicos, entre outras profissões, reunindo todo tipo de gente, cuja marca comum era a militância sindical ou serem simpatizantes dos ideais comunistas. Nélio Aguiar se recorda de uma história curiosa sobre um indivíduo preso por acaso, sem qualquer envolvimento político:

Tinha um rapaz que estava lá com a gente. Alguém chegava ao portão, dois policiais tomando conta, alguém chegava, e esse rapaz ia lá. Era irmão de um dirigente de uma associação de camponeses de São Gonçalo, naquela área lá, e esse irmão tinha uma propriedadezinha lá. Ele ia pra lá, trabalhava durante a semana, sábado e domingo, ia plantar junto com o irmão, porque aí ele colhia, levava para casa, vendia também aipim, batata-doce, esses produtos assim, e para azar dele, o dia que bateram lá pra pegar o irmão, o irmão desconfiou e pulou fora.

Mas no ginásio foram reunidos também outros tipos de presos. É Manoel Martins quem lembra:

Quando a gente foi preso no Caio Martins, houve uma época em que o governo misturou problemas políticos com problemas de jogo de bicho, de contravenção, de crime da economia popular, e prendia todo mundo misturado. E teve o Albano, não sei se vocês já ouviram falar, o fundador da [escola de samba] Viradouro, era um gordão, que foi preso como contraventor e foi misturado lá com a gente.

Todos os depoimentos indicam que durante vários dias continuaram a chegar diversas pessoas ao ginásio, em um movimento de prisões que se estendeu por dias. Ou seja, o contingente de presos não foi levado ao mesmo tempo para lá. Aliás, entre os entrevistados, observa-se que alguns foram transferidos mais rapidamente para o ginásio, enquanto outros permaneceram mais tempo na primeira prisão, o que varia também de acordo com o momento da prisão.

Segundo Nélio Aguiar, no ginásio o pessoal era distribuído entre as áreas dos dormitórios de atletas, mais ao alto, as arquibancadas e a quadra do ginásio. As mulheres ficavam em área separada, mas à vista de todos. Firmino Moura ressalta que eram em número bem menor. Ainda de acordo com o entrevistado, ninguém era informado dos motivos da prisão e nenhuma formalidade era cumprida. Sobre os interrogatórios, Nélio Aguiar afirma que não passou por nenhum, nem antes do Caio Martins, nem quando ficou no ginásio. Foi só com seu retorno a Cabo Frio que os interrogatórios foram iniciados. Os outros depoentes, porém, que passaram pelo cárcere do Dops, informaram que foram interrogados durante o tempo em que permaneceram por lá, mas igualmente no ginásio, onde a polícia política também havia se instalado.

Na passagem do batalhão para o ginásio houve uma troca de comando, pois neste o comando era do Exército e não da Polícia Militar. Firmino Moura cita o major Jaime Leri como comandante do cárcere, mas lembra da presença de PMs na guarda. A mudança de comando também caracterizou um outro tratamento. Nélio Aguiar conta um fato interessante que se passou no batalhão, referente ao relacionamento dos presos com o comandante da PM:

Um dia nós descemos para jantar. Então, descia todo mundo em fila, e quando ia passando todo mundo pelo pátio, lá no cantinho, alguém gritou assim: – Dá uma trouxa de roupa pra essa turma lavar! Bom, no dia seguinte, o comandante veio, chegou no alojamento e perguntou ao dr. Paulo Pimentel:⁷ – Dr. Paulo, eu fui comunicado de que ontem à noite aconteceu um fato assim, assim, assim... Então, eu vim pedir desculpas e amanhã eu vou acertar isso.

No dia seguinte, Nélio conta que o comandante fez uma convocação geral reunindo a tropa toda no pátio do quartel, e disse: “Vocês estão vendo esses cidadãos e cidadãs que estão

7 Dr. Paulo Pimentel foi um conhecido comunista e médico oftalmologista que atuava profissionalmente na cidade de Niterói. Segundo Manoel Martins, ambos haviam passado também pela prisão no Dops.

aqui, eles são nossos prisioneiros. A nossa função é tomar conta deles, e inclusive tomar conta da integridade física desses cidadãos e cidadãs. Nós não queremos saber o que aconteceu ou o que vai acontecer com cada um, mas enquanto estiver aqui, eu exijo respeito por eles”.

Sobre o tempo de prisão no batalhão da PM, Manoel Martins também narra como sua mãe conseguiu visitá-lo. Para além da curiosidade, a caracterização do que aconteceu exemplifica como o clima no quartel era diferente do da prisão do Dops. O entrevistado conta que sua mãe, ao chegar ao portão do batalhão, se apresentou à sentinela dizendo que queria falar com o filho, sendo logo comunicada da interdição do contato com os presos. Foi então que a mãe de Manoel Martins se ajoelhou ali mesmo e disse que só sairia quando conseguisse falar com o filho preso, chamando a atenção, vestida toda de preto à moda das viúvas portuguesas, e trazendo uma trouxa de coisas para o filho com pasta de dente, sabonete, roupa e um bolo. Isto chamou a atenção de um coronel que havia sido colega de colégio de Manoel Martins. Ao ver a senhora de joelhos, dirigiu-se a ela e depois de ser surpreendido com a notícia da prisão do antigo amigo decidiu interceder junto ao comandante, o qual autorizou o encontro da mãe com o filho, por cinco minutos, na sua sala e na sua presença. Ao final do encontro, cheio de emoções e choro, ocorreu o inusitado: “Aí, quando termina, minha mãe pergunta ao coronel como estava a mãe dele. Ele responde: – Infelizmente ela não está. Então ela disse: – Me dê o nome dela, pois vou rezar pela alma dela. O coronel levanta e vai beijar minha mãe aos prantos... Eu falei: – Não, não, eu não estou vendo isso, eu não estou vendo isso”.

Por outro lado, já na transferência para o ginásio do Caio Martins, instalou-se um clima de terror. Segundo lembra Nélio Aguiar, por volta das 17 horas chegou a ordem para que os presos políticos se preparassem para a transferência e reunissem suas coisas pessoais, mas sem qualquer informação sobre o destino. Em torno das 18 horas todos entraram num ônibus da polícia e aguardaram até as 21 horas. Em meia hora, estavam no ginásio, mas continuaram esperando dentro do ônibus até quase meia-noite. Não foi servido jantar, nem café da manhã, no dia seguinte. Segundo Nélio Aguiar, somente por volta das 18h30m foi servida a refeição. Com muita fome, todos avançaram sobre a comida, até que alguém se deu conta de que tinha algo com mau cheiro, constatando que a comida estava azeda. Nas palavras de Nélio: “Olha, foi uma noite de São Bartolomeu. Porque ficou todo mundo desarranjado [...]. Eu sei que nisso, a parte dos banheiros já estava com uma fedentina, porque ninguém esperava desocupar o vaso [...] foi uma coisa terrível”.

Nélio Aguiar lembra que Manoel Martins teria gritado aos soldados: “– É isso que vocês querem fazer! Querem matar todo mundo sem usar armas!”. Só depois a medicação teria sido oferecida aos presos.

Outra situação de terror é lembrada por Nélio: “De vez em quando chegavam lá e... ‘– Quem é fulano de tal aí?’. Aí, vinha fulano. ‘– Olha, vocês não podem falar nada para ninguém não, mas eu vi uma lista de pessoal daqui, e o seu nome está lá. Vocês vão para um navio. É uma pena porque lá ninguém sabe para onde vai, nem se volta”.

Provavelmente, referiam-se ao navio *Minas Gerais* da Marinha do Brasil. Nélio Aguiar conta também a história de um preso que se desesperou ao ouvir dizer que seu nome constava numa lista e foi acalmado por um psicólogo ou psiquiatra que estava entre os presos.

José Rodrigues narra outro fato que aterrorizava os presos no ginásio. Como a cobertura do Caio Martins era de placas de zinco, os militares, para fazerem terror, preparavam voos rasteiros que faziam as placas tremerem, ocasionando um barulho intenso, pois lembrava uma metralhadora atirando. Os que haviam passado por simulação de fuzilamento na delegacia do Dops se assustavam muito.

No que se refere às condições gerais, para Nélio Aguiar elas não parecem ter melhorado muito com a transferência para o ginásio, em comparação ao primeiro local de prisão – que no seu caso foi o batalhão da PM. Para Firmino Moura e José Rodrigues, contudo, houve um melhora sensível, em relação ao cárcere que ocupavam antes, no Dops. José destaca que havia um banheiro muito bom e limpo. Firmino ressalta ainda a autorização de visitas no ginásio. A família podia entregar cobertores, travesseiro, agasalhos. Além disso, traziam coisas em caixas de papelão que eram aproveitadas para cobrir o chão da quadra onde se dormia, evitando o contato direto com o piso gelado. José Rodrigues conta que o local das visitas tinha uma grade que deixava presos e visitantes separados, cada um de um lado da grade. Além disso, insistiam aos amigos e familiares para que não entregassem nada aos policiais, pois ficavam com tudo que recebiam e não repassavam aos presos. Era preciso entregar em mãos. Segundo os depoimentos, também havia atendimento médico e odontológico. É verdade que José Rodrigues lembra que, certa vez, contaram que os médicos que receitaram medicamentos no ginásio eram, na verdade, veterinários.

José Rodrigues também recorda que os próprios presos colaboravam em alguns serviços.⁸ Ele se apresentou para ajudar a distribuir a comida, servindo as bandejas. Observa, ainda, que na hora do café da manhã, apenas mate era servido, pois se dizia que o café deixava as pessoas nervosas: “Aí, aquelas vasilhas grandes de mate, e a gente enchia aquelas canecas grandes, e tinha pão e manteiga”. Na hora das refeições, segundo seu depoimento, os próprios presos trabalhavam para organizar as filas para apanhar as bandejas. Feijão, arroz, salada e, geralmente, carne moída eram oferecidos a todos. Às vezes, o tenente permitia que os colaboradores comessem a mesma comida dos oficiais. Com isso, José Rodrigues, a partir de suas lembranças, chega a dizer que: “O Exército tratou a gente bem lá”. Portanto, o relato deixa entrever como as relações no presídio se distendiam em certas situações, variando do terror para a aproximação pessoal.

Tudo indica, também, que havia um alto grau de solidariedade entre os detidos. Firmino Moura, em seu depoimento, ressalta como a organização dos presos se ocupava da recepção dos novos colegas, procurando apaziguar os medos. Por outro lado, parece que havia a prática de infiltrados, misturados aos presos para obter informações. Firmino Moura relata:

Eu soube de um caso de uma pessoa que eu conhecia, que ele apareceu preso lá, mas eu nunca imaginei que ele pudesse estar prestando um serviço à ditadura, à polícia,

8 José Rodrigues nasceu em Minas Gerais, numa família de trabalhadores rurais. Trabalhador da construção civil aposentado, ex-funcionário da Alcalis e militante sindicalista cassado.

de um modo geral. Depois, posteriormente, eu fui saber que ele era cunhado de um bancário amigo meu, e eu fui saber que ele estava lá fazendo um papel de infiltrado, estava lá infiltrado. Mas houve muita infiltração. Teve um dirigente sindical bancário que tinha uma posição muito... como é que eu diria... ele teve sempre uma posição muito ativa no estado do Rio de Janeiro, foi o presidente do sindicato de Campos. Esse cara estava ali infiltrado pela Marinha e a gente não sabia. Ele não era da Marinha, ele era bancário mesmo. Era um bancário, de Campos, que era uma das pessoas com quem eu me relacionava tão bem, ele tinha um papel tão ativo no meio sindical bancário, e ele era um dos mais exaltados. Às vezes, a gente tinha que contê-lo, devido ao desejo dele de virar a mesa, de fazer e acontecer. Mas era tudo fingido, e a gente não sabia.

De todo modo, José Rodrigues conta que entre os presos havia artistas e cita uma montagem do texto clássico da Antiguidade *Os encantos de Medeia*. Até o figurino foi criado no ginásio. A produção chegou a chamar a atenção dos oficiais que controlavam os presos. Ele diz: “ficou bonito pra caramba. E eu estava lá ajudando também”.

Ainda segundo Nélio Aguiar, muito mais de mil pessoas foram concentradas no ginásio de esportes Caio Martins, onde passaram cerca de quarenta ou cinquenta dias juntos. Depois disso, muitos, como ele mesmo, e todo o grupo de Cabo Frio foram remanejados às delegacias de seus municípios de origem. Ele teve que esperar ainda uma semana pela libertação. No seu caso, só depois da ordem de liberdade é que foi obrigado a comparecer à base aérea de São Pedro d’Aldeia para responder a inquérito. “Aí sim, o inquérito começou”, diz Nélio. Os outros depoentes também continuaram a responder inquéritos se apresentando regularmente à polícia, mesmo depois da prisão. Inclusive o Manoel Martins, em seu depoimento, relata que, além dos inquéritos, sofreu outra prisão após a do Caio Martins. Nos anos que se seguiram, com dificuldades criadas pela perda do emprego e a cassação de direitos políticos, recompuseram suas vidas de diferentes modos.

A ORDEM DO PRESÍDIO

Grande parte das memórias do cárcere pode ser confirmada nos documentos da polícia política estadual existentes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.⁹ Observa-se, contudo, que as lembranças dos presos é contagiada pelo efeito surpresa, o que caracteriza a prisão como cárcere de ocasião. Porém, ao contrário, o que se nota na documentação da polícia é um sentido inverso, que caracteriza o cárcere do ginásio esportivo como uma instituição inserida na ordem regular do Estado. O regime de exceção assumia, assim, ares de uma institucionalidade ordinária, por meio de expedientes administrativos comuns. A documentação de época permite constatar que é no próprio tratamento do cárcere deno-

⁹ Agradeço a Fernando Munhoz Santiago Dias do Nascimento a localização destas fontes no acervo do APERJ.

minado assumidamente de *Presídio Caio Martins* que se observa como a prisão se integrou na nova ordem que se anunciava. Por vezes, o presídio é nominado simplesmente como Caio Martins, confundindo completamente a identidade do cárcere com o complexo esportivo.

Entre os documentos de época, encontra-se o dossiê com o título *Memorandos encaminhando ou solicitando presos no presídio Caio Martins – prontuário 40.499*, que contém trinta memorandos datados em Niterói, entre 2 de maio e 27 de junho de 1964. Os memorandos são assinados por delegados distintos, dirigidos ao comissário chefe do presídio. Em alguns casos, há ainda referência a um diretor do presídio, que é tratado pelo título de capitão, o que indica claramente sua condição de militar.¹⁰ Com frequência, esses memorandos são acompanhados de despachos do comissário, que atesta o seu recebimento ou confirma a informação constante, revelando sua atuação cotidiana na administração presidiária. Constatada-se, portanto, uma ordenação de cargos de direção e padrões formais de comunicação administrativa que aproximam o cárcere de uma instituição regular, sem qualquer marca de exceção.

Em termos de conteúdo, os memorandos incluídos no dossiê informam o encaminhamento de indivíduos ou grupo ao presídio ou registram solicitação de que presos fossem apresentados na Delegacia de Ordem Política e Social. Com frequência, o encaminhamento é apresentado como pedido para que o preso fosse colocado à disposição da delegacia, um eufemismo para a notícia da prisão. Além disso, num dos memorandos de 25 de maio de 1964, se registra, por exemplo, a ordem de encaminhar o preso às autoridades do estado da Guanabara. Em outro documento da mesma data, há a nomeação de duas mulheres, mas neste caso o memorando é dirigido ao comandante da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em um caso datado de 27 de maio de 1964 o registro é de pedido de encaminhamento de presos para o “xadrez da DP de Cabo Frio”. Contudo, são os Boletins de Presos que documentavam as trajetórias individuais dos que passaram pelo Caio Martins, constando dados pessoais, motivo da prisão, destino e observações, campo em que se incluíam as informações da detenção.

O que interessa destacar desses registros é a plena inserção institucional do cárcere de ocasião como presídio. O caso documentado do delegado Hélio Estrela permite perceber o alcance dessa inserção institucional. O delegado de polícia classe DE-1 do antigo estado da Guanabara, que em 1964 tinha 33 anos, foi detido pelo Dops do Rio Grande do Sul, em 22 de maio daquele ano, na cidade de Porto Alegre. Segundo consta, sua detenção ocorreu no momento em que tentava embarcar para o Uruguai. Enviado para o Rio de Janeiro, no dia 4 de junho foi encaminhado ao presídio Caio Martins, de onde foi liberado apenas no dia 10 do mês seguinte. Tendo respondido a dois processos de Inquérito Policial Militar na Guanabara, terminou sendo absolvido em ambos (APERJ). A lembrança desse caso par-

¹⁰ Nos papéis do dossiê há ainda um documento de formato diferente que informa sobre a libertação de presos, mas que, pelas indicações constantes, não se refere necessariamente ao presídio Caio Martins.

ricular exemplifica a extensão das teias da ordem, que atravessava estados e conectava polícias. O presídio na cidade de Niterói completava, assim, uma engrenagem que tinha bases profundas na ordem do controle social no Brasil daqueles dias.

Num outro dossiê, com o título *Relação de acusados em IPM para apurar subversão (Ginásio Caio Martins)*, datado de 7 de maio de 1964, se obtém outras informações importantes para caracterizar a ordem do presídio. Nesse conjunto de documentos, consta o registro progressivo do movimento geral de presos no ginásio desde o dia 20 de abril até 7 de maio, assinado pelo tenente diretor do presídio. A listagem de nomes de presos se divide em duas partes que indicam a divisão dos detidos em duas categorias: “prisão comum” e “prisão especial”. Pela identificação das profissões na lista da prisão especial, observa-se que essa lista se referia aos profissionais de formação superior indicados como médicos, farmacêuticos, dentistas, advogados, contabilistas, engenheiros, professores e funcionários públicos. Os presos comuns são indicados apenas por nomes, sem mencionar a profissão.

O quadro geral apresentado sugere que naquela altura de 7 de maio de 1964, portanto pouco mais de um mês após o golpe, havia 289 detidos no ginásio/presídio Caio Martins. Outras indicações apontam que 337 presos teriam transitado no presídio nesse período, sendo 293 recolhidos em prisão comum e 44 em prisão especial. Entre presos comuns e especiais, 48 foram encaminhados à Delegacia de Polícia Social. Há ainda um dado importante que aponta que 173 presos já teriam prestado depoimento, mas continuavam recolhidos no presídio, restando ainda a serem inquiridos 152, entre comuns e especiais.

Outra lista apresenta a procedência dos presos. Há conjuntos que foram enviados ao presídio pelo Departamento de Política Social, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, pelo Centro de Armamento da Marinha, pela Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara. Há uma lista de 586 nomes, além de alguns anotados à mão, apresentados por municípios, o que permite perceber a abrangência no estado do Rio de Janeiro do movimento de repressão e controle daqueles que foram vistos imediatamente como ameaça à nova ordem social que se instituiu no país. Apesar do predomínio de nomes masculinos na lista, há nomes femininos também, confirmando a presença de mulheres entre os presos do Caio Martins. Outras listas curtas datadas do mês de junho se seguem, registrando nomes de presos que poderiam ser liberados de acordo com ordem superior, além dos que teriam sido encaminhados às delegacias dos municípios de origem. Entre os documentos encontrados, há ainda uma lista de final de junho daquele ano em que se trata da “liberdade de presos políticos”. O interessante nessa listagem é a indicação de entrada e saída dos presos e a situação de cada um, ora registrando-se que continuava vinculado à delegacia, sendo obrigado a comparecer regularmente, ora que um juiz negara o pedido de prisão preventiva, por exemplo. Para alguns casos, constam ainda ofícios que mostram que, após as investigações realizadas, não foram confirmadas as suspeitas que recaiam sobre determinados presos, anunciando assim sua libertação. Portanto, a ordem do presídio caracterizava diferentes classes de presos, distinguindo-os de diversas formas, inclusive pela liberdade.

Nos documentos da polícia política existe, ainda, um documento que se destaca. Trata-se de notícia do jornal *Diário de Notícias*, em sua edição fluminense de 19 de março de 1970,

portanto alguns anos depois de o ginásio do estádio ter sido usado como presídio, numa altura em que o novo regime estabelecido a partir do golpe de 1964 já estava plenamente estabelecido. A notícia, contudo, divulgava o fato de que o estádio havia sido metralhado durante a madrugada, tendo sido atingida a porta que dava acesso à tribuna de honra, e indicava que, naquele momento, o estádio estava sendo usado por desabrigados. Na reportagem do jornal, nada parece evidenciar o sentido político do ato de ataque, a não ser o fato de que a informação interessou à polícia política que certamente conhecia o significado político do estádio esportivo.

À SOMBRA DA ESTÁTUA

Em 18 de outubro de 2010, 46 anos depois do fim do presídio, as lembranças do cárcere no ginásio esportivo de Niterói foram revividas publicamente em uma das Caravanas da Anistia, realizadas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. A comissão foi instalada no Ministério da Justiça no ano de 2001, encarregada de examinar os pedidos de reparação das vítimas da repressão política no Brasil, e desde 2008 realiza sessões itinerantes nos diversos estados e cidades do país. A solenidade que abriu os trabalhos públicos da comissão em Niterói, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, foi marcada pela presença de representantes de associações de anistiados do estado. Na ocasião, Benedito Joaquim dos Santos, coordenador do Fórum dos Anistiados e Anistiandos de Niterói e São Gonçalo e ex-presidente do Sindicato dos Operários Navais, cassado, lembrou a história da cidade e de seu ginásio, que serviu de presídio político, e exigiu a construção de um memorial no Caio Martins, para que a história não seja esquecida. O advogado Manoel Martins também subiu à tribuna para dar o seu depoimento sobre o tempo da prisão no ginásio. Naquele momento, em meio às lembranças compartilhadas, a história da cidade foi apresentada entre a resistência e o conformismo diante das mudanças do regime político ocorridas a partir de 1964. De todo modo, a demanda do memorial indica a necessidade de promover a lembrança de um fato esquecido na cidade. A reivindicação se reafirmou em novo ato, desta vez da Comissão Estadual de Reparação do Estado do Rio de Janeiro, realizada em 4 de junho de 2012, no próprio ginásio. Assim, em Niterói a luta pela reparação da violência de Estado envolve o reconhecimento do ginásio do Caio Martins como lugar de memória da repressão e da resistência contra o autoritarismo.

As lembranças do presídio do Caio Martins apontam para os usos políticos do complexo esportivo de Niterói. Na verdade, o uso político do estádio já não era novidade. Sua inauguração foi um dos símbolos da época do governo da interventoria de Ernani do Amaral Peixoto, durante o período do Estado Novo. Foi palco de inúmeros atos cívicos no contexto da Segunda Guerra Mundial, de comemorações do Dia do Trabalhador, repetindo o ritual que era marcado pelos discursos do presidente Getúlio Vargas no estádio de São Januário, na cidade do Rio de Janeiro. Os usos políticos e não esportivos do complexo foram constantes ao longo da história.

Originalmente, o estádio foi erguido no terreno onde outrora funcionou o gasômetro da cidade. A grande estrutura do tanque de gás na forma de um globo, que marcava a paisagem da cidade, foi substituída pelos muros do complexo esportivo ao longo dos anos. Perdiam-se, assim, também na lembrança, os poucos anos em que o terreno foi usado para corrida de cães (Wehrs, 1984). Em 1940, a propriedade foi adquirida pelo governo estadual para se tornar a praça de esportes da capital fluminense. O pequeno estádio existente, então, foi substituído por uma nova estrutura para dez mil espectadores, com campo de futebol e uma pista de atletismo. Nos anos seguintes, o estádio seria inserido num complexo esportivo com outros equipamentos, como o parque aquático e o ginásio para esportes de quadra fechada. O ginásio, em especial, se destacaria como obra de arquitetura moderna que marcou o segundo governo de Amaral Peixoto, entre 1950 e 1953, já como governador eleito (Azevedo, 2011).

Ainda antes da inauguração, o novo estádio ganharia o nome do herói do escotismo do Brasil. Caio Vianna Martins foi um jovem escoteiro mineiro da Associação de Escoteiros de Affonso Arinos, que morreu aos 14 anos durante um dos maiores acidentes ferroviários brasileiros, ocorrido em 1938 na região de João Alves, em Minas Gerais. Sua biografia ficou conhecida pelo fato de ter morrido depois de gravemente ferido no contexto do acidente, dispensando ajuda para oferecer socorro a outros feridos. Publicada nas páginas dos jornais da época, como o *Correio da Manhã* de 12 de setembro de 1940, sua declaração de que “o escoteiro caminha com as próprias pernas” tornou-se o emblema de sua bravura. O caso ficou conhecido em todo o país e até hoje inspira o escotismo. A homenagem, certamente, se relacionava também com o fato de Niterói ser um dos maiores centros do escotismo no Brasil. Não sem razão, durante a inauguração solene do estádio, em 7 de setembro de 1941, órgãos da imprensa – como o *Jornal do Brasil*, da cidade do Rio de Janeiro, no dia 9 de setembro – deram destaque às palavras do general Augusto Borges, presidente da União dos Escoteiros do Brasil, ao interventor Amaral Peixoto, em que dizia que seu ato de nominar o estádio se revestia de “uma coragem cívica”. A cerimônia de inauguração foi completada ainda pela apresentação de números de ginástica e desfile de alunos dos institutos de ensino do estado. Além disso, uma estátua, de autoria do escultor Honório Peçanha, representando o escoteiro que dava nome ao estádio, foi inaugurada pelo prefeito Francisco de Almeida Brandão Júnior, tal como notícia o jornal *O Fluminense* em 5 de julho de 1941.

O fato é que poucos na cidade conhecem a história do jovem herói escoteiro. Porém, chama mais ainda a atenção que poucos notem a presença da estátua na entrada principal do estádio, voltada para uma das avenidas mais movimentadas de Niterói.

Na história do ginásio esportivo se cruzam muitas histórias, como a do jovem Caio Martins e as das vítimas da repressão política. Contudo, entre a memória oficial do estádio e a memória subterrânea, a cidade produz esquecimentos e não compartilha lembranças que ficam reservadas ao grupo dos envolvidos diretamente e que constituem uma comunidade particular no contexto geral do centro urbano. Certo é que a tragédia marca tanto a história do escoteiro como do presidio. Não há um discurso que defina os quadros da

memória dos acontecimentos, sobrepondo lembranças cuja marca é a tragédia. A perplexidade diante da experiência trágica parece impedir a memória e ofusca a lembrança, pois o mal-estar recalca a lembrança e instaura o esquecimento – que a história da memória pode trazer à luz.¹¹

Fontes

Periódicos: *O Fluminense*; *Luta Democrática*; *Jornal do Brasil*; *Diário de Notícias*.

Arquivo de História Oral do Laboratório de História Oral e Imagem do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (LABHOI-UFF)

Entrevista com Nélio Aguiar, realizada em 24 de março de 2007.

Entrevista com Manoel Martins, realizada em 29 de janeiro de 2008.

Entrevista com José Rodrigues, realizada em 13 de fevereiro de 2008.

Entrevista com Firmino Moura, realizada em 6 de abril de 2008.

Referências bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Fundo Polícias Políticas, Setor Prontuário, prontuário 25, pasta 25.938.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de et al. Expressões e vestígios modernistas na capital fluminense nas décadas de 1940, 1950, 1960 e seus valores como patrimônio urbano. Docomomo. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/111R.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sócias no Brasil (1961-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FERREIRA, Jorge. O último ato: sexta-feira 13 na Central do Brasil. In: _____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Entre o comício e a mensagem, o presidente Goulart, as esquerdas e a crise política de março de 1964. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

11 Aqui seguimos a inspiração de Riocoeur (2007).

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LORETTI, Jorge. *Jorge Loretti: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Alerj; Ed. FGV, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SACCHETTA, Vladimir et al. *PCB: memória fotográfica (1922-1982)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo de Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WEHRS, Carlos. *Cidade sorriso: história de um lugar*. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica, 1984.

Recebido em 16/7/2013

Aprovado em 26/11/2013